

## DECLARAÇÃO DO REPASSE INTEGRAL DE VALORES AO RPPS

IDENTIFICAÇÃO: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

EXERCÍCIO: 2023

Declaro, na forma da lei e para todos os fins de direito, que as unidades gestoras da Administração Direta do Poder Executivo de Santa Maria de Jetibá, **repassaram** todas as contribuições patronais e dos servidores, inclusive dos cedidos, da competência do exercício de 2023.

Ressalta-se que as contribuições, patronal e dos servidores, inclusive dos cedidos, da competência do mês de dezembro de 2023 foram reconhecidas como obrigações a recolher, e totalizam o montante de R\$ 396.919,60, tendo em vista o art. 01 § 1º da lei nº 2.266/2019, estabelecer seu vencimento no dia 20 do mês subsequente ao fato gerador.

Declaro ainda, que todos os aportes para cobertura de déficit atuarial devidos em decorrência do art. 2 da lei nº. 2448 foram repassados pelo Poder Executivo para a unidade gestora do RPPS, no valor de R\$ 5.412.338,79

Por derradeiro, declaro que todas as parcelas vincendas no exercício 2023 dos parcelamentos [não há parcelamentos] foram repassadas pelo Poder Executivo, no total de R\$0,00 [não houve parcelamentos].

Declaro, por fim, que foram apurados e repassados todos os encargos financeiros, decorrentes de recolhimentos em atraso no exercício, de todos os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo.

Santa Maria de Jetibá/ES, 31 / dezembro / 2023

Hilário Roepke

Prefeito Municipal

Observação: No caso de não repasse de todos os valores devidos no exercício, descrever os valores não repassados, sua competência e natureza do débito.

Descrição de Valores Devidos e Não Repassados no Exercício					
Órgão	Competência	Natureza <sup>1</sup>	Valor Original	Valor Atualizado <sup>2</sup>	Conta Contábil <sup>3</sup>
Fundo	12/2023	Patronal	73.320,74	73.320,74	211420100
Prefeitura	12/2023	Patronal	323.598,86	323.598,86	211420100
Total			396.919,60	396.919,60	

Obs: Todas as obrigações, foram repassadas dentro do mesmo exercício

<sup>1</sup> Contribuição [Patronal, Servidor], Multas e Juros, Parcelamentos, Aporte Financeiro e/ou Aporte Atuarial.

<sup>2</sup> Atualizado até 31/12/[ano de competência da PCA]

<sup>3</sup> Evidenciar a conta contábil em que este Direito a Receber encontra-se registrado nas Demonstrações Contábeis do RPPS.